



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA, MINAS GERAIS, REALIZADA NO DIA TRINTA DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E DEZESSEIS (30-11-2017)

Às dezenove horas e cinquenta e cinco minutos, do dia trinta de novembro de dois mil e dezessete, na Escola Estadual Doutor Gomes Freire, situada na Avenida Getúlio Vargas, nº54, centro, nesta cidade, reuniram-se representantes dos poderes constituídos, sociedade civil organizada e cidadãos marianenses em reunião, atendendo ao **Requerimento nº218/2017**, de autoria dos vereadores José Jarbas Ramos Filho e Cristiano Silva Vilas Boas, para discutir e buscar uma solução para os impasses referentes à reforma do prédio da Escola Estadual Doutor Gomes Freire de Andrade. A mesa que conduziu os trabalhos da audiência foi composta pelos vereadores José Jarbas, neste ato presidente da mesa, Cristiano Vilas Boas, Antônio Marcos Ramos de Freitas e a diretora da escola, Renata Coelho Correia, neste ato representando também a 25ª Superintendência Regional de Ensino – Ouro Preto. Foram justificadas as ausências do vereador Juliano, dos deputados Tiago Cota, Rogério Correia, Cristiano Silveira e da Superintendente Regional Crovymara Elias Batalha. Registrou-se a presença Sr. Alisson José dos Santos, representando o Secretário de Assistência Social, Sr. Cor Jesu Quirino, Procurador da Câmara Municipal de Mariana. O vereador José Jarbas firmou o compromisso de procurar solucionar a demanda da escola, já foram feitos contatos com deputados buscando apoio. A situação atual da escola está no limite, assim os vereadores são solidários nessa luta. O vereador Cristiano disse que a estrutura da escola está bem complicada, está chovendo nas salas. Em tese, o executivo poderia fazer algumas intervenções na escola, mas como há um processo judicial em andamento, isso não é possível. O vereador Antônio Marcos afirmou que infelizmente o país não valoriza a educação e acrescentou que o estado não assume suas responsabilidades com o que compete na área educacional. O vereador disse que buscará apoio junto aos deputados a fim de buscar recursos para a solução do problema da escola. Com a palavra, o procurador Cor Jesu explicou o processo judicial de 2011 em que a empresa Viabilizar Empreendimentos Ltda entrou contra a Caixa Econômica. A empresa fez reformas não a contento e assim a Caixa suspendeu o pagamento. A Viabilizar pede que nenhuma obra seja feita na escola sem que o processo seja resolvido. Em 2014, a Caixa junto a promotoria de justiça pediu uma liminar para suspender a ação de 2011 para que pudesse fazer intervenções na escola, contratar quem quisesse. Na época, o promotor Antônio Carlos de Oliveira entrou com a liminar, mas foi negado pelo Juiz da Primeira Vara, Frederico Estevão recusou o pedido. Doutor Antônio Carlos moveu uma outra ação civil pública que está em tramitação, porém sobrestado devido à ação da



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

empresa. Ainda que o Executivo e o Legislativo quisessem fazer as obras, os poderes não poderiam por causa do processo. Assim, é preciso uma decisão judicial. Com a palavra, a diretora Renata disse que realmente a escola está embargada e acrescentou que o processo está parado muitos anos no fórum e que a atual juíza da Comarca de Mariana, Sirlaine, informou que está dando andamento no processo e que iria incluir o estado. Após inclusão, a proposta é tentar uma reconciliação. Renata disse que a empresa Viabilizar não cumpriu o que estava determinado no contrato com a Caixa Escolar. O advogado da escola incluiu no processo a solicitação de uma perícia na escola, para que seja possível a reforma na escola. A diretora disse que pais, alunos e funcionários são merecedores de ter uma escola segura e confortável. Renata disse que a escola é mantida com verbas de manutenção e da merenda escolar. A alegação do estado é que não há dinheiro para realizar a reforma, que está girando em torno de oitocentos mil reais. No momento, registrou-se a presença da senhora Aída Anacleto, representando o deputado Rogério Correia. Em seguida, o vereador Cristiano assinalou que um dos caminhos seria procurar a empresa pedindo a desistência do processo. O vereador Cristiano explicou os procedimentos para a participação popular participarem do debate. Com a palavra, Carlos Pinheiro, membro do colegiado, disse que já vem lutando e questionando o motivo do processo estar parado e acrescentou que depois de ter denunciado a situação da escola, o ministério público deu andamento no processo. A educação no estado de Minas não é prioridade. A Gomes Freire é uma escola de renome. No processo foi indicado um perito para analisar a situação da escola, mas até hoje não apareceu. Carlos disse que registrou o problema no Ministério Público novamente, mas as coisas não caminham. A situação da escola é uma vergonha. Senhora Priscila Carraro sugeriu que a situação da escola fosse veiculada nas mídias para chamar a atenção do estado. O vereador José Jarbas pediu ao procurador para elaborar um relatório discriminando a situação da escola anexando os vídeos e as fotos. Além disso, o vereador propôs uma reunião com a Secretaria de Educação do Estado. Ainda, o vereador propôs marcar uma reunião com o advogado da Caixa Escolar, Sr. Anderson Baeta, para elaborar em conjunto o relatório e com a participação da direção da escola e de seu colegiado. Com a palavra, o procurador Cor Jesu concordou com o questionamento de uma das participantes quando diz que a situação da escola está ferindo a constituição federal e o estatuto da criança e adolescente. O Estado está violando os princípios constitucionais. Com a palavra, Senhora Elenice Campos agradeceu o apoio dos vereadores presentes e acrescentou que os pais estão preocupados com seus filhos na escola, já que a estrutura está precária. É preciso que os alunos tenham condições dignas para estudar. Elenice indagou de quem a responsabilidade se caso



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

aconteça alguma coisa com as crianças e pediu um posicionamento dos representantes da cidade. Com a palavra, o procurador Cor Jesu esclareceu que a questão da falta de segurança aflige todos os pais e caso aconteça algum sinistro na escola, a responsabilidade será do Estado, até mesmo mover uma ação pedindo indenização. Com a palavra, Aída Anacleto disse que uma comissão de pais e da escola em 27 de julho se encontrou com o deputado Rogério Correia quando realizou uma plenária na cidade. A comissão levou um abaixo assinado a ser levado ao governador, o documento tinha duas mil assinaturas. O deputado Rogério continua nessa luta e pediu ao vereador Cristiano para intervir junto ao deputado que o representa. Com a palavra, a diretora Renata disse que naquela semana houve um pânico geral na escola devido a uma forte chuva na cidade e acrescentou que a todo tempo tem que ficar de olho nas crianças pois não há segurança na escola, os riscos são diversos: chão, pilastras, falta de grade, escadas, teto e a parte elétrica. A diretora Renata informou que em nome do estado é ela que responde pela segurança dos funcionários e das crianças. Com a palavra, senhora Germana Felipe reforçou a luta que está havendo para iniciar a reforma na escola e que há perigo de curto circuito na escola, não há saída de segurança. Com a palavra, a senhora Daniela Pira questionou a respeito do perito, se poderia haver a liberação de uma parte da escola para reforma e pediu para que o legislativo apoiasse juridicamente a escola, que dê prazos para tentar solucionar esses problemas. O vereador José Jarbas disse que após a confecção do relatório será marcada uma audiência com a juíza da comarca. Com a palavra, o senhor João Neves Souza disse que sua filha chegou em pânico em casa devido ao perigo oferecido pela escola no dia de chuva, a filha afirmou que não queria voltar mais para estudar no local. Com a palavra, senhor Júlio disse que o município tem que olhar pela escola sem ter que esperar pelo estado, pois a Gomes Freire atende a população marianense. Com a palavra, o vereador Antônio Marcos disse que haverá uma intervenção mais forte, o Estado agora está incluído no processo e isso contribuirá para solucionar o problema da escola. O vereador José Jarbas disse que não está descartada a possibilidade de o município contribuir financeiramente após encerrado o processo judicial. O vereador Cristiano disse que desde o início tem participado das assembleias e das manifestações e sugeriu montar uma comissão de pais para acompanhar o legislativo nas reuniões que serão realizadas para tratar o assunto da escola. A diretora Renata agradeceu o apoio da Câmara e disse que continuará a luta por uma escola melhor, de qualidade. Nada mais havendo, a reunião foi encerrada às vinte e uma horas e vinte e seis minutos. E, para constar, lavrou-se a presente Ata que, após lida e, se aprovada, será assinada.